

EDITAL Nº 05/2024
Termo de Referência

CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE NOTAS TÉCNICAS SOBRE TRANSFORMAÇÕES DO BRASIL COM BASE NO CENSO 2022 COMO ACOMPANHAMENTO NO MARCO DO PROJETO BRA/23/023

PROJETO

Projeto de Cooperação Técnica Internacional entre o IBGE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, intitulado “BRASIL NA TERCEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI: A DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS DO 13º CENSO DEMOGRÁFICO DO PAÍS”, BRA/23/023.

1. Função no Projeto e Objeto da Consultoria

Contratação de consultoria especializada (pessoa física) para apoiar a equipe responsável **na elaboração de notas técnicas sobre os dados do CENSO 2022**, de modo que possa subsidiar gestores de políticas públicas a respeito das transformações recentes do Brasil captadas pelo CENSO no marco de processos de ações prioritárias do Projeto BRA/23/023. A participação ativa do(a) consultor(a), que será responsável por propor notas e apontamentos de trabalho e a oferecer subsídios técnicos para auxiliar o IBGE na redação de notas técnicas detalhado para as ações de divulgação do Censo 2022, bem como realizar a avaliação do progresso de suas ações prioritárias. As atividades e resultados esperados dos (as) consultores (as) estão descritos a seguir:

- Elaboração de Notas Técnicas periódicas com dados do Censo com foco em gestores públicos que necessitam de retratos do Brasil
- Pesquisa documental na base de dados dos Censos;
- Seleção de metodologia de acompanhamento periódico dos resultados do Censo para escolher temas das notas técnicas.
- Coordenar o trabalho de escrita e organização das notas técnicas.

Em relação à sustentação das medidas e iniciativas desenvolvidas pelo IBGE, as **NOTAS TÉCNICAS DA PRESIDÊNCIAS** visam a difusão do Censo 2022 para um público especializado que certamente vai buscar sustentação de suas decisões em dados divulgados e ampliar sua compreensão da sociedade brasileira. O objetivo das Notas é acrescentar periodicamente ao acesso público informações que o Censo 2022 traz da realidade brasileira e, diante da complexidade que existe, representa um desafio para as políticas públicas utilizar esse retrato para o fortalecimento de ações que possam ser assertivas em termos dos seus objetivos.



Essa iniciativa de transformar em NOTAS voltadas ao gestor público a acesso aos dados do CENSO 2022 colabora com a implementação de ações voltadas ao fortalecimento da atuação do IBGE como disseminador de dados colhidos pelo Censo 2022 para que possa ser apropriado pela sociedade brasileira e facilitar novas políticas públicas que possam transformar o Brasil em termos de ampliar o acesso a cidadania.

2. Antecedentes

O Projeto de Cooperação Técnica Internacional **BRA/23/023 “BRASIL NA TERCEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI: A DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS DO 13º CENSO DEMOGRÁFICO DO PAÍS”**, insere-se no contexto de vigência do Acordo Básico de Assistência Técnica, assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, entre outras organizações internacionais, promulgado pelo Decreto nº 59.308/1966. O objetivo do Projeto é desenvolver subsídios de estudos e disseminação de resultados para consolidar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como centro do Sistema Nacional de Geografia e Estatística, reforçando o papel destinado a instituição pelos órgãos oficiais, priorizando a disseminação dos dados coletados em 2022, com enfoque na atuação da instituição na disseminação do Censo Demográfico de 2022.

O IBGE – Instituto de pesquisa e levantamento de dados – tem como meta ser referência na promoção de subsídios para uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável. Cabe destacar que a parceria com o PNUD, além de fortalecer significativamente o processo de intercâmbio e disseminação dos dados do Censo 2022, busca contribuir para a consolidação do IBGE como uma referência em boas práticas de uso dos dados estatísticos. A expertise do PNUD e sua presença global serão ferramentas-chave para alcançar os resultados previstos no referido Projeto, o que elevará a qualidade das ações desenvolvidas e proporcionará maior visibilidade internacional.

Para possibilitar o alcance do resultado geral do projeto, foram estruturados 4 (quatro) eixos, que correspondem aos resultados intermediários esperados:

[1] Plano de fomento a disseminação do conjunto de informações estatísticas e geográficas produzidas pelo Censo Demográfico elaborado e pilotado, bem como as inovações metodológicas e conceituais reveladoras do Brasil no início da terceira década do século XXI.

[2] Estratégia de fortalecimento do papel do IBGE como parte fundamental do Sistema Nacional de Estatística e Geografia desenvolvida, contribuindo para subsidiar as agendas de políticas públicas.

[3] Metodologias de fortalecimento de espaços de diálogos com parceiros nacionais e internacionais estruturada, em agendas temáticas selecionadas, em parceria com instituições relevantes para a agenda do IBGE e/ou os grupos de trabalho definidos.

[4] Gestão eficiente e gestão de conhecimento do projeto realizadas.

3. Nº do resultado no PRODOC/PNUD

A presente consultoria contribui para a consecução do Eixo 1 do Prodoc: “Plano de fomento a disseminação do conjunto de informações estatísticas e geográficas produzidas pelo Censo Demográfico elaborado e pilotado, bem como as inovações metodológicas e conceituais reveladoras do Brasil no início da terceira década do século XXI”.

4. Produtos esperados e cronograma de entrega

Descrição dos Produtos	Prazo (após início de contrato)	Pagamento (%)
<p>Produto 1: Elaboração de proposta de metodologia de trabalho e plano de trabalho da consultoria (em português). A entrega do produto será feita pela apresentação do plano de trabalho da consultoria, incluído um cronograma de execução, metodologias e ferramentas a serem aplicadas, prevendo reajustes no decorrer do processo (desde a proposta de metodologia até o produto final).</p> <p>A consultoria deverá entregar o plano de trabalho em formato PDF, em word (editável, que permita a inserção dos comentários da equipe do IBGE) e em uma apresentação em reunião a ser agendada com a equipe do IBGE.</p>	15 dias	20%
<p>Produto 2: Elaboração de notas técnicas com base nos dados divulgados do Censo em periodicidade mínima semanal que aborde diferentes aspectos do resultado do censo e tenha como foco o gestor público brasileiro em seus três níveis: federal, estadual e municipal.</p> <p>A Consultoria deverá entregar relatório de avaliação em formato PDF, e word (editável, que permita a inserção dos comentários da equipe do IBGE), onde todas as notas técnicas do período estão anexadas e que conste preâmbulo a respeito do acompanhamento dos projetos da disseminação do Censo 2022; com indicação das possíveis melhorias ao processo;</p>	90 dias	15%
<p>Produto 3: Elaboração de notas técnicas com base nos dados divulgados do Censo em periodicidade mínima semanal que aborde diferentes aspectos do resultado do censo e tenha como foco o gestor público brasileiro em seus três níveis: federal, estadual e municipal.</p> <p>A Consultoria deverá entregar relatório de avaliação em formato PDF, e word (editável, que permita a inserção dos comentários da equipe do IBGE), onde</p>	150 dias	15%

todas as notas técnicas do período estão anexadas e que conste preâmbulo a respeito do acompanhamento dos projetos da disseminação do Censo 2022; com indicação das possíveis melhorias ao processo;		
<p>Produto 4:</p> <p>Elaboração de notas técnicas com base nos dados divulgados do Censo em periodicidade mínima semanal que aborde diferentes aspectos do resultado do censo e tenha como foco o gestor público brasileiro em seus três níveis: federal, estadual e municipal.</p> <p>A Consultoria deverá entregar relatório de avaliação em formato PDF, e word (editável, que permita a inserção dos comentários da equipe do IBGE), onde todas as notas técnicas do período estão anexadas e que conste preâmbulo a respeito do acompanhamento dos projetos da disseminação do Censo 2022; com indicação das possíveis melhorias ao processo;</p>	240 dias	15%
<p>Produto 5:</p> <p>Apresentação de relatório final que envolve prestação de contas do que foi executado do planejamento inicial, indicadores utilizados, estratégias de acompanhamento dos avanços do projeto e possíveis recomendações de correção e avaliação do planejamento.</p> <p>Relatório de avaliação do desenvolvimento de produtos ligados a disseminação do Censo 2022 com base na avaliação do planejado versus executado em que conste todas as notas técnicas do período de consultoria, em formato PDF e e word (editável, que permita a inserção dos comentários da equipe do IBGE);</p>	330 dias	35%
TOTAL		100%

Total do projeto: R\$ 91.000,00 (Noventa e um mil reais).

4.1. O prazo de execução dos trabalhos deve seguir o cronograma de entrega dos produtos, a partir da data de efetiva assinatura do contrato. A estimativa de início é 15 de ABRIL de 2024, mas esta data está sujeita a alterações de acordo com os trâmites do processo seletivo, da contratação e das tratativas iniciais com o IBGE.

4.2. Uma vez entregues, os documentos serão submetidos à análise técnica e à aprovação final do IBGE.

4.3. Somente serão pagos os produtos que, efetivamente, atenderem tecnicamente às demandas exigidas neste Termo de Referência e que tiverem a qualidade exigida para a consultoria.

4.4. Qualquer alteração nos produtos e prazos deverá ser acordada, por escrito, entre as partes.

5. Atividades a serem executadas:

As atividades da consultoria deverão ser desenvolvidas sob supervisão da Assessoria do Gabinete da Presidência do IBGE (Gabinete-IBGE), com o apoio do PNUD. Eventualmente, poderão ser envolvidas as áreas técnicas líderes da Diretoria Executiva e Planejamento e Orçamento (DE-CPO) no IBGE. Dentre as atividades previstas, estão incluídas:

- Dar suporte temático à equipe do IBGE;
- Redigir notas técnicas com base em temas previamente selecionados
- Acompanhar e supervisionar a organização de indicadores gerenciais, quando for o caso, com a proposição de intervenções e ajustes nos processos de coleta para melhoria de seu aproveitamento;
- Elaborar temas, apontar análises e organizar relatórios de trabalho com proposições de dados divulgáveis;
- Avaliar os processos de entrega quanto às inovações metodológicas e boas práticas estatísticas.

6. Local de Trabalho

Telepresencial (remoto).

7. Disponibilidade para viagens

Estão previstas viagens para a realização dos serviços aqui prestados.

Eventualmente, o IBGE poderá prever a realização de viagens para apoiar eventos presenciais. Nesses casos, as despesas com deslocamento e estadia serão custeadas pelo IBGE, mediante aprovação dos supervisores do contrato.

8. Processo seletivo

As regras sobre o processo seletivo estão previstas no Anexo I deste Termo de Referência.

9. Considerações Finais

A contratação será conduzida pelo IBGE, com apoio do PNUD, conforme normas do organismo (seleção simplificada) e legislação brasileira (Decreto nº 5.151/2004 e Portaria MRE nº 08/2017).

De acordo com as regras das Nações Unidas e com o art. 7º do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do DF ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional. Há exceção nos casos de professor universitário, conforme alínea “b” do inciso XVI do art. 37 da Constituição, desde que o contratado esteja sujeito a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade, e haja declaração do dirigente máximo da entidade ou órgão de origem afirmando a inexistência de incompatibilidade de horários e de prejuízo às atividades exercidas na instituição de ensino.

O processo seletivo está aberto para participação de pessoas estrangeiras e brasileiras, residentes tanto no Brasil quanto no exterior. É de responsabilidade da pessoa contratada a adequação às normas de permanência e autorização para trabalho no país, incluindo o visto para estrangeiros.

É vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de autoridade responsável pela contratação ou de servidores que atuarem no processo seletivo.

A execução dos trabalhos não implica relação de emprego ou vínculo trabalhista, de modo que não há



subordinação jurídica, conforme o § 9º do art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.

O contratado firmará termo de confidencialidade. A utilização ou revelação de quaisquer dados e informações obtidas no âmbito da realização da consultoria, sem autorização do contratante, ensejará rescisão e apuração de responsabilidade administrativa, criminal e cível.

Os direitos autorais patrimoniais sobre os entregáveis apresentados na presente contratação serão cedidos integralmente ao TCU, podendo ser utilizados incondicionalmente, de acordo com sua conveniência e oportunidade. As peças (estudos, relatórios, pesquisas, informações ou outros materiais, incluindo gráficos, arquivos, documentos e dados eletrônicos) produzidas pelo contratado, inclusive originais e arquivos em meio digital, independentemente dos meios de informação em que se encontrem, pertencerão exclusivamente à AGU, sendo incorporadas ao acervo do projeto, e deverão ser entregues antes da data de término do contrato.

ANEXO I

Critérios de Seleção / Avaliação

As pessoas interessadas no processo seletivo deverão se inscrever por meio do envio de currículo para o endereço eletrônico projetos.especiais@ibge.gov.br, obrigatoriamente utilizando o modelo disponível no Anexo II, com o título “**PROCESSO SELETIVO – pessoa física – CONSULTORIA Notas Técnicas**”, até o dia **04 DE ABRIL DE 2024**.

Serão desclassificadas as pessoas que, cumulativamente, não possuírem a qualificação obrigatória e que, eventualmente convocados para a etapa de entrevista, não responderem ao seu agendamento feito com 01 dia útil de antecedência, e/ou não comparecerem à avaliação dessa etapa.

O processo seletivo será conduzido em duas etapas, com pontuação **máxima de 100 pontos**, conforme detalhamento a seguir. A primeira etapa da seleção, de caráter eliminatório e classificatório, avaliará as experiências acadêmico-profissionais dos candidatos, assim como o portfólio de experiências em facilitação e relatoria de reuniões, enquanto a segunda etapa da seleção, (entrevista), avaliará o conhecimento do candidato acerca dos temas relacionados ao objeto da consultoria, bem como o seu domínio da língua inglesa.

Tabela 1 – Avaliação curricular (experiência acadêmico-profissional)

Qualificações obrigatórias e pontuáveis*	Pontuação
Profissional com Doutorado em Geografia, Estatística ou Economia. Critério: Apresentação de certificado de conclusão de curso superior nas áreas indicadas, sendo 05 pontos por certificado.	Até 05 pontos
Experiência, de no mínimo 3 anos, na elaboração de relatórios de gestão e de sessões técnicas em temáticas relacionadas. Critério: Apresentação de comprovantes de trabalhos anteriores, sendo 10 pontos para 03 anos (experiência mínima) e 02 pontos por cada ano adicional.	Até 20 pontos
Qualificações desejáveis e pontuáveis**	Pontuação
Experiência na gestão pública e de gestão de projetos no setor público e/ou em projetos de cooperação técnica internacional e/ou com agências bilaterais e multilaterais de cooperação técnica internacional. Critério: Apresentação de comprovantes de trabalhos anteriores, sendo 05 pontos para cada experiência de gestão.	Até 20 pontos
Conhecimento de metodologias de gestão do conhecimento. Critério: Apresentação de documentos comprobatórios deste conhecimento, sendo aceitos certificados de cursos e/ou certificados de experiência profissional (5 pontos por certificado de curso e/ ou de experiência profissional)	Até 15 pontos
Pontuação total máxima (fase de avaliação de experiência acadêmico-profissional)	60 pontos

O mesmo período de tempo pode pontuar cumulativamente em dois critérios de seleção diferentes, de acordo com documentação comprobatória a ser apresentada na fase de contratação.



A segunda etapa de seleção consiste na realização de uma entrevista. Serão convocadas para essa etapa as candidaturas mais bem classificadas na etapa de análise curricular.

Na entrevista, as notas serão calculadas conforme tabela a seguir.

Tabela 2 – Entrevista

Itens de avaliação	Pontuação
Conhecimento acerca dos temas relacionados ao objeto da consultoria, em especial no que se refere às habilidades de elaboração de relatórios e notas técnicas.	Até 20 pontos
Comunicação clara (Objetividade, organização e coesão da fala).	Até 20 pontos
Pontuação total máxima (fase de entrevista)	40 pontos

Em caso de empate, o desempate obedecerá aos seguintes critérios, em ordem: (i) nota da entrevista; (ii) avaliação curricular; (iii) sorteio. O candidato selecionado será convocado a comprovar os requisitos pontuados no processo seletivo, sua habilitação profissional (quando necessária), documentos pessoais e declarações exigidas pela legislação. Caso apresente documentação incompleta, descumpra o prazo indicado ou caso tenha restrições que impeçam a adequada execução do contrato, o candidato poderá ser desclassificado e será convocado o próximo da lista de classificação, caso esteja apto.

ANEXO II
MODELO DE CURRÍCULO
Consultor Individual - Currículo Padrão

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:

- Seja **objetiva/o**, inclua apenas informações que guardem relação com os requisitos indicados no Termo de Referência. Informações e experiências excedentes não são computadas na análise do currículo.
- Preencha as informações nos campos indicados, com atenção para o que está sendo requisitado.
- Limite de **5 páginas** por currículo, **não** exceda essa quantidade.

1. VAGA PRETENDIDA

Número do Edital	Perfil

2. INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome Completo	Data de Nascimento
E-mail	Telefone Celular / Fixo
Endereço Completo	

3. FORMAÇÃO ACADÊMICA OBRIGATÓRIA

Detalhar somente os títulos de formação acadêmica obrigatória requisitada pelo Edital (caso mais de um, colocar em ordem cronológica inversa - do atual para o mais antigo).

TÍTULO ACADÊMICO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	TÍTULO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	ANO DE CONCLUSÃO
<i>Indique em cada linha: graduação, especialização; mestrado stricto sensu; doutorado e pós-doutorado.</i>	<i>Insira o nome e o local da instituição.</i>	<i>Indique o título do trabalho de sua conclusão de curso.</i>	<i>Indique o mês e o ano de término.</i>

4. FORMAÇÃO ACADÊMICA DESEJÁVEL

Detalhar somente os títulos de formação acadêmica desejável requisitadas pelo Edital (caso mais de um, colocar em ordem cronológica inversa - do atual para o mais antigo).

TÍTULO ACADÊMICO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	TÍTULO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	ANO DE CONCLUSÃO
<i>Indique em cada linha: graduação, especialização; mestrado stricto sensu; doutorado e pós-doutorado.</i>	<i>Insira o nome e o local da instituição.</i>	<i>Indique o título do trabalho de sua conclusão de curso.</i>	<i>Indique o mês e o ano de término.</i>

5. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL OBRIGATÓRIA

Detalhar somente as experiências profissionais que se enquadram como obrigatórias, conforme especificações de áreas do Edital. Descrever em ordem cronológica inversa, ou seja, da atual para a mais antiga (se necessário, utilize mais linhas).

LOCAL/CARGO	ATRIBUIÇÕES	INÍCIO	FIM
<i>Indique o local da instituição e o cargo ocupado.</i>	<i>Descreva brevemente as funções desempenhadas no cargo que tenham relação com a vaga indicada no Edital.</i>	<i>Indique o mês e o ano de início.</i>	<i>Indique o mês e o ano de término.</i>

6. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DESEJÁVEL

Detalhar somente as experiências profissionais que se enquadram como desejáveis, conforme especificações de áreas do Edital. Descrever em ordem cronológica inversa, ou seja, da atual para a mais antiga (se necessário, utilize mais linhas).

Observação: A experiência não será pontuada em duplicidade, caso já tenha sido relacionada na experiência profissional obrigatória, não repetir aqui

LOCAL/CARGO	ATRIBUIÇÕES	INÍCIO	FIM
<i>Indique o local da instituição e o cargo ocupado.</i>	<i>Descreva brevemente as funções desempenhadas no cargo que tenham relação com a vaga indicada no Edital.</i>	<i>Indique o mês e o ano de início.</i>	<i>Indique o mês e o ano de término.</i>

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Este espaço é opcional e destinado para eventuais anotações complementares. Caso você faça uso dele, lembre-se de ser conciso.



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO

DECLARAÇÃO

Eu, _____ [nome completo, sem abreviações], declaro para os devidos fins que, nesta data:

1. () Não sou servidor(a) público(a) ativo(a) da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, direta ou indireta, bem como empregado(a) de suas subsidiárias e controladas (Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, artigo 7º, e Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022– Lei de Diretrizes Orçamentárias, artigo 18, inciso VII do caput).

() Sou servidor(a) público(a) da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, direta ou indireta, em fruição de licença sem remuneração para tratar de interesses particulares, portanto apto a receber pagamento por serviços de consultoria prestados (Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022– Lei de Diretrizes Orçamentárias, artigo 18, § 3º).

() Sou professor universitário vinculado a instituição pública e apresentarei aprovação do dirigente máximo do órgão ou entidade a qual estou vinculado para a realização de pesquisas e estudos de excelência vinculado ao Código do Edital, bem como declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades que lhes forem atribuídas (Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022– Lei de Diretrizes Orçamentárias, artigo 18, § 1º, inciso VI, alínea b, item 2).

() Sou bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES ou Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq matriculado em programa de pós-graduação no país, podendo portanto receber pagamento por serviços de consultoria prestados, desde que esses serviços se vinculem a atividades relacionadas à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica (Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, artigo 1º).

2. () Não possuo nenhum outro contrato firmado com Organismos Internacionais, nos termos do artigo 22, § 4º, da Portaria do Ministério das Relações Exteriores – MRE nº 8, de 04 de janeiro de 2017;

3. () Atendo as exigências prescritas na Portaria do Ministério das Relações Exteriores – MRE nº 8, de 04 de janeiro de 2017, quanto aos prazos de interstício para contratos a serem firmados no âmbito de projetos executados em parceria com Organismos Internacionais, especificamente ao que preceitua ao artigo 22, § 5º, incisos I a III;



4. () Caso venha a celebrar qualquer outro contrato por meio de cooperação técnica com Organismos Internacionais, imediatamente pedirei o desligamento do presente processo seletivo, e;
5. () Estou ciente da **não isenção** de tributação sobre a remuneração decorrente do presente contrato, obrigando-me ao pagamento de impostos, contribuições sociais, taxas, encargos e demais tributos devidos em função das importâncias recebidas, sendo o único responsável por toda tributação devida sob a forma de recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão) no mês do recebimento e na Declaração de Ajuste Anual, nos termos do Artigo 21 da Instrução Normativa SRF nº 208 de 2002.

Em tempo, ratifico todas as informações prestadas por mim e registradas no currículo. Por ser verdade, firmo o presente.

_____, __ de _____ de 2024.

_____ [Assinatura]

CPF:

RG:



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Ref. PRODOC PNUD BRA 23/023 – **SIGILO DAS INFORMAÇÕES E ACESSO AOS DADOS EM PROCESSO DE PRODUÇÃO**

O consultor contratado, no manuseio das informações obtidas por meio da atuação no projeto, obriga-se a observar e guardar, em toda a sua extensão, o sigilo e a confidencialidade dessas informações, observando os termos previstos no parágrafo único do art. 1º da Lei 5.534, de 14/11/68, regulamentada pelo Decreto 73.177, de 20/11/73, art. 1º, parágrafo 1º, e Decreto 74.084, de 20/05/74, art. 8º, que regulamenta o artigo 6º da Lei 5.878, de 11/05/73, que declara conhecer, bem como as disposições legais pertinentes à responsabilização penal do agente que infringir essas normas.

Atenciosamente,

[Cidade], [data], 2024

[assinatura do (a) PROPONENTE]